



INCLUSÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE

INCLUSIÓN SOCIAL: CONTRIBUCIONES DE PAULO FREIRE

SOCIAL INCLUSION: PAULO FREIRE'S CONTRIBUTION

Terezinha de Fátima Juraczky Scziminski
Universidade do Contestado - Brasil
E-mail: terezinha@unc.br

Sandro Luiz Bazzanella
Universidade do Contestado - Brasil
E-mail: sandro@unc.br

Eixo Temático 5: Investigação analítica de autores referentes da política educacional

Resumo: A diversidade e a inclusão atualmente fazem parte dos debates e das preocupações da Educação Contemporânea. É nesse contexto que as relações sociais manifestam-se de diversas maneiras, produzindo as mais variadas formas de preconceito e controle. Paulo Freire sempre se posicionou rejeitando as atitudes discriminatórias e antissegregacionistas. Nesse sentido Paulo Freire coloca-se como um dos mais importantes teóricos do movimento da inclusão social, criou uma pedagogia que voltou seu olhar para as minorias, os marginalizados. Desenvolveu sua teoria, a partir de experiências práticas em várias cidades brasileiras e, em experiências em outros países, na tentativa de proporcionar uma consciência que possibilitasse a libertação dos oprimidos, de homens e mulheres explorados pelo trabalho, seres dominados, como também, de ruptura com o paradigma da exclusão. Paulo Freire pressupõe para as condições de sujeito é participar da dinâmica da sociedade, e quando se trata especificamente do deficiente, colocado como um ser incapaz, nega sua própria subjetividade. O artigo coloca em debate, a racionalidade economicista da atualidade, que promove uma gestão administrativa da vida em todas suas potencialidades e dimensões. Aponta no sentido de dizer que é preciso recuperar, e ou reposicionar a ação entre os homens, a política como condição primeira da existência.

Palavras-chave: Educação. Diversidade. Inclusão.

Resumen: La diversidad y la inclusión actualmente son un tema de preocupación y debate de la Educación Contemporánea. Es en este contexto que las relaciones sociales se manifiestan de diferentes maneras, produciendo las más variadas formas de preconceptos y control. Paulo Freire siempre se posicionó rechazando las actitudes de discriminación y segregación. En este sentido Freire se ha colocado como uno de los más importantes teóricos sobre la inclusión social, ha creado una pedagogía que mira a los más necesitados y marginales. Desarrolla su teoría, partiendo de experiencias prácticas en varias ciudades brasileñas y también en otros países con la finalidad de proporcionar una conciencia que posibilite la liberación de los oprimidos. Freire presupone que la condición del sujeto es la de participar de la dinámica de la sociedad, y cuando se trata específicamente del llamado deficiente e incapaz, se niega su propia subjetividad. El artículo pone en debate, la racionalidad



economicista de nuestros tiempos, que promueve una gestión administrativa de la vida en todas sus potencialidades y dimensiones. Apunta en este sentido que es preciso recuperar y/o reposicionar la acción entre los hombres y la política como condición primera de la existencia.

Palabras clave: Educación. Diversidad. Inclusión.

Abstract: Diversity and inclusion currently part of the discussions and concerns of Contemporary Education . It is in this context that social relations manifest themselves in various ways producing the most varied forms of prejudice and control. Paulo Freire has always positioned itself rejecting discriminatory attitudes and antissegregacionistas. In this sense Paulo Freire stands as one of the most important theorists of the movement of social inclusion, create a pedagogy that returned his gaze to the minorities, the marginalized. Developed his theory from practical experience in several Brazilian cities, and experiences in other countries in an attempt to provide an awareness that enabled the liberation of the oppressed, of men and women exploited through work, being dominated, but also rupture with the paradigm of exclusion. Paulo Freire assumes for the conditions subject is participating in the dynamics of society , is put in the case of disability , as being unable , denying his own subjectivity . The article debates in discussion economic rationality of our times, which promotes administrative management of life in all its dimensions and capabilities. Points in the direction of saying that we need to recover and reposition or action between men, politics as the first condition of existence.

Keywords: Education. Diversity. Inclusion.

Introdução

Partindo dos pressupostos analíticos do pensamento de Paulo Freire, este trabalho, se propõe a fazer algumas análises sobre a questão da inclusão social, considerando a diversidade humana e suas implicações no processo de mudança na qual se insere as sociedades contemporâneas. Educar para a diversidade perpassa pelo diálogo no exercício da curiosidade epistemológica posicionado-se numa relação horizontal entre os sujeitos. Segundo Freire (2002, p. 27), “conhecer é tarefa dos sujeitos, não dos objetos, e é essa a condição humana, qualquer que seja seu nível em que se dê, não através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe”. Nessa perspectiva, Freire considera fundamental que o educador exerça de forma dialógica o desenvolvimento de suas atividades de ensino-aprendizagem. Ou seja, que atue a partir de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar, contribuindo na problematização do universo de conhecimentos e possibilidades cognitivas disponíveis, reconhecendo a diversidade de sujeitos e seus posicionamentos no mundo que os circunscreve.



E neste contexto, que nasce à responsabilidade do educador em auxiliar no desenvolvimento da criticidade dos educandos, dos indivíduos e, dos grupos chamados de minorias.

Incluir na diversidade

Ao longo de sua obra, Paulo Freire não discute a questão da inclusão de forma específica. Mas, numa leitura pormenorizada e atenta, é possível perceber que ele discute inclusão e diversidade, referenciando a valorização da centralidade da individualidade e do sujeito. A partir desse pensamento, criou uma pedagogia que voltou seu olhar para as minorias, ou seja, os marginalizados. Ele desenvolveu sua teoria, a partir de experiências práticas em várias cidades brasileiras e, em experiências em outros países, na tentativa de proporcionar uma consciência que possibilitasse a libertação dos oprimidos, de homens e mulheres explorados pelo trabalho, seres dominados, que não dominavam a linguagem escrita e a leitura.

Sasaki (2005, p. 21), afirma que inclusão “consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía[m] certas pessoas do seu meio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas”. Para obter a inclusão é necessária a linguagem e, nesta questão Paulo Freire enfatiza e se posiciona no seguinte sentido: “sem a linguagem os seres humanos, não se reconhecem”, não adquire consciência de seus direitos e garantias constitucionalmente inscritos. Desta forma o educador, precisa compreender a diversidade de saberes, de fazeres, no contexto da linguagem e da cultura. Assim, Freire (1996, p. 136) compreende a diversidade no sentido de:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se, discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito, é um isto ou aquilo, destrátável ou desprezível.



O olhar “de cima”, como sendo superior ou inferior afeta quem o faz e quem percebe essa atitude e em algum momento esse sentimento vai comprometer o relacionamento humano.

Para Freire, o conceito de ser humano não pode ser tomado como um conceito unívoco, pois, não existe uma unidade de manifestações emocionais, intelectuais ou físicas, que possa reduzir uma população dos diversos locais do planeta a um único conjunto de intenções e manifestações. Sua preocupação com a condição do ser humano é o reconhecimento de que este se encontra num processo constante de devir. O ser humano não pode ser considerado como uma realidade pronta, acabada, mas sim como um ser em busca constante de auto-realização e crescimento, o que pode ser identificado com o seu processo contínuo de humanização.

Na realidade, Freire, afirma que a diferenciação se dá pelas condições sociais, pelos valores e atitudes específicas, ou seja, por ser negro, por ser velho, por ser criança, por ser mulher, por ser deficiente, entre vários outros tipos de grupos é que se estabelece o preconceito e discriminação. Nesse contexto de relações é que se manifestam as diversas formas de controle, de discriminação e de opressão. Diante de tais atitudes Freire (1999, p. 154) se posicionou de forma contundente:

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical.

Ao longo da história, pode-se constatar que a sociedade se apresentou preconceituosa e com práticas discriminatórias nas relações sociais, o exemplo mais contundente se apresenta em relação aos deficientes. A problemática vivida por pessoas deficientes, por pessoas de culturas diferentes da maioria, demonstra que os conceitos vivenciados nessa sociedade são determinados pela ideologia dominante, onde os sujeitos são olhados com piedade pela sociedade, como se não fossem capazes de escolher, decidir e agir por conta



própria. Portanto, para Freire (1999, p.157) “[...] uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. [...] e que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças”, que demanda uma ética democrática”.

Ainda nesta perspectiva, Paulo Freire, alerta para a “perversidade ou a malvadeza” a que os indivíduos estão expostos em um mundo onde a ética do mercado sobrepõe-se à ética do respeito e do amor entre os homens. Nas palavras do próprio autor

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optou, na verdade, por um mundo de gente. [...] Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à “fereza” da ética do mercado. (FREIRE, 1996, p. 144-145).

É importante observar a ideologia no discurso da classe dominante, que se faz entender “que é assim mesmo? O que se pode fazer?” Esse discurso tem poder de persuasão, distorcem os fatos, as coisas, anestesia a mente, torna-se um fatalismo. Freire (2005, p. 82) enfatiza que: “A afirmação “as coisas são assim porque não pode ser de outra maneira” é um dos muitos instrumentos dos dominantes com que tentam abortar a resistência dos dominados”. Esse discurso não explica o seu caráter discriminatório, simplesmente passa a ideia de preocupação e de dedicação à causa dos desafortunados da sorte. Freire (2001, p.94-95) indaga com uma crítica veemente essa postura.

Que excelência é essa que consegue “conviver com mais de um bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento que vivem na pobreza” para não falar em miséria. Para não falar também na quase indiferença com que convive com bolsões de pobreza e “bolsos” de miséria no seu próprio corpo, o desenvolvido. Que excelência é essa, que dorme em paz com a presença de um sem-número de homens e de mulheres cujo lar é a rua, e deles e delas ainda se diz que é a culpa de na rua estarem. Que excelência é essa que pouco ou quase nada luta contra as discriminações de sexo, de classe, de raça, como se negar o diferente, humilhá-lo, ofendê-lo, menosprezá-lo, explorá-lo fosse um direito dos indivíduos ou das classes, ou das raças ou de um sexo em posição de poder sobre o outro. Que excelência é essa



que registra nas estatísticas, mornamente, os milhões de crianças e, se mais resistentes, conseguem permanecer, logo do mundo se despedem.

Esse discurso se sustenta pela concepção funcionalista de sociedade, a qual pode ser comparada a uma engrenagem, cujas peças desempenham funções bem definidas. Isto é, pessoas, grupos e classes ocupam um lugar e precisam desempenhar com perfeição o seu papel, mantendo a eficácia e harmonia das estruturas, e das contradições de classe em curso. Dito de outra forma, a concepção funcionalista de sociedade faz com que a mesma seja vista como um corpo estruturado, com órgãos, e onde cada órgão tem uma função social muito precisa. Da mesma forma que no corpo humano, os órgãos devem se relacionar entre si, trazendo uma harmonia fisiológica para esse corpo, e para manter o equilíbrio, não devem existir órgãos deteriorados, inutilizados, ou em mau funcionamento. Nas palavras de Ribas (1983, p.5), “um corpo com órgãos “deficientes” não é um “corpo social” bem-estruturado e em ordem.” Dessa forma, não é toda a sociedade que estaria deteriorada, mas apenas uma parte dela seria considerada “fora do normal”. Nessa perspectiva, os grupos que compõem as minorias são concebidos da mesma forma que o corpo social. Nesse exemplo, se algum órgão ou função está deficiente, este corpo é considerado estruturalmente desorganizado. Segundo Ribas (1983 p.15-16):

Nesta sociedade a ordem é por demais valorizadas. Sempre ouvimos as pessoas dizerem que uma sociedade sem ordem jamais chegará ao progresso. Sempre ouvimos também que um órgão qualquer que esteja apresentando uma disfunção pode contaminar o resto do "corpo social". Estas são ideias facilmente transponíveis para o nosso corpo humano individual. Um corpo deficiente seria, sob este raciocínio, um corpo que apresenta necessariamente disfunções, incapacidades e não estaria em ordem. Um corpo que não está em ordem consequentemente não poderá alcançar o progresso tão desejado. Logo, será um corpo fadado a não ter realizações, a não ter progressos, a ser sempre dependente.

Associada a essa concepção de sociedade está à ideia de produção. Nesse sentido, para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1999, p.1-2), assim se posiciona:

[...] a partir do momento em que o paradigma da modernidade converge e se reduz ao desenvolvimento capitalista, as



sociedades modernas passaram a viver da contradição entre os princípios da emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a integração social e os princípios da regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista. [...] A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. [...] Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. [...] Se a desigualdade é um fenómeno socioeconómico, a exclusão é sobretudo um fenómeno cultural e social.

Existe um investimento ético e, por extensão político, relacionado às minorias, que está ligado à utilização económica. Ou seja, sob a perspectiva ética e política o ser humano é um fim em si mesmo, as funções económicas que desempenha são apenas meios para o alcance de sua sobrevivência, para o alcance de sua qualidade de vida.

O processo de exclusão em favor da economia

É preciso colocar em debate, em discussão a racionalidade economicista de nossos tempos, que promove uma gestão administrativa da vida em todas suas potencialidades e dimensões. Ou dito de outro modo, é preciso recuperar, e/ou reposicionar a ação entre os homens, a política como condição primeira da existência.

Nesse pensamento economista e funcionalista, que se pretende hegemônico, está implícito o desacreditar na capacidade do homem de manifestar-se como ser no mundo. É condição para negar-lhe, como pressupõe Freire, a condição de sujeito, de participar da dinâmica da sociedade. É colocar o portador de deficiência como um ser incapaz, negando-lhe sua própria subjetividade. É no lugar e, a partir dele que se vê brotar as diferenças que singularizam os grupos humanos e suas formas de estar no mundo. Tal discurso, que tem como fundamento básico que todos são iguais, desrespeitando as diferenças, acaba por legitimar a atitude e o discurso de um padrão, de um modelo de sociedade, de comportamento, em uma única forma de ser e estar, ou mesmo de conceber o mundo. Tal postura se apresenta, como se existisse uma única forma de progresso e desenvolvimento e, isso



desencadeia a dinâmica, o processo de exclusão social. Nesta direção, Freire (2005a, p.121) afirma:

[...] os homens são seres da práxis. São seres do que fazer, diferentes, por isso mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não “admiram” o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do que fazer emergem dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho.

É nesse sentido, que o pensamento pedagógico desenvolvido por Paulo Freire, foi nomeado por ele em diferentes momentos de “Pedagogia do Oprimido”, “Pedagogia da autonomia”, “Pedagogia da esperança”, entre outras definições. Ou seja, é sintomático nestas definições do pensador ao seu pensar pedagógico, o compromisso com uma visão de ser humano como fim em si mesmo, com um ser merecedor de reconhecimento, de dignidade humana. Nas palavras do de Paulo Freire (2005, p. 34).

[...] que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

Quando Freire se refere à pedagogia, ele não está se referindo somente as relações que se estabelecem na escola e na sala de aula. A sua pedagogia está relacionada a todo o contexto de opressão social e de ausência de autênticas práticas de de democracia. Diz Freire, “Toda educação é política, assim como toda política é educativa. Não existe neutralidade”. Portanto, o seu método dialógico, problematizador, não é apenas um método, ou uma teoria pedagógica, mas uma práxis que tem como objetivo libertar da opressão atuante na nossa sociedade seres humanos excluídos do acesso à leitura, à escrita, ao saber. E, sobretudo, possibilitar compreenderem-se como seres humanos do mundo e no mundo, partícipes dos esforços humanos, demasiadamente humanos de construção de um mundo que possa se apresentar acolhedor da condição humana em sua totalidade. Em especial, incluindo as minorias, onde o grupo dos deficientes que são marginalizados, e por isso assumem a marca da incapacidade produtiva e da dependência



econômica, fazendo de seus portadores, seres inadaptados aos padrões de aceitabilidade com que a sociedade classifica os seus membros.

Qualquer discriminação preconceituosa negativa é imoral e, lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. Saber e reconhecer que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade dos indivíduos é condição necessária e fundamental para afirmar a aposta no homem e na sua condição de possibilidade e construir as bases para relações humanas, sociais e de mundo diferentes. Freire (1996, p.69) [...] enfatiza, “na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante”. Continuando com Freire (2005c, p.38) “a consciência bancária “pensa que quanto mais se da mais se sabe.” Mas a experiência revela que com este mesmo sistema só se formam indivíduos medíocres, porque não há estímulo para a criação”.

A educação bancária

Ao refletir sobre as práticas educativas de caracterização bancária, descrito por Paulo Freire, isto é, a escola e os educadores bancários servem ao objetivo dos dominadores que é impedir a formação de uma educação que seja libertadora, autônoma e emancipatória. Na lógica da Educação Bancária, o currículo mantém uma concepção da escola tradicional, onde o saber é fechado e o educando é concebido como aquele que recebe a transferência do conhecimento e de informações. Cabendo ao professor o papel de transferência de informações e fatos. E ao aluno cabe o papel passivo, aquele recebe que é o depósito do conhecimento. E ainda, os conteúdos são automaticamente desligados da situação existencial do aluno. A comunicação é unilateral. E a Metodologia é a exposição oral pelo professor. A avaliação tem como função, neste contexto de selecionar, classificar e contabilizar. Paulo Freire assim se posiciona (2005, p.69):



Para isto se servem da concepção e práticas “bancárias” de educação, a que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de “assistidos”. São casos individuais, meros “marginalizados”, que discrepam da fisionomia geral da sociedade “Esta é boa, organizada e justa. Os oprimidos, como casos individuais, é patologia da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-lo a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos.

Em relação às “patologias” sociais, diz Freire (2013) é necessária uma constante vigilância, pois as pessoas dos grupos das minorias constantemente são excluídas do convívio social. Esses grupos representam uma categoria oprimida, discriminada, vítima de rejeição e, ou de compaixão social. Historicamente tiveram a margem do convívio dos chamados “normais” e, a sociedade considera os velhos e deficientes, como inferiores, por não ter capacidade produtiva suficiente ou exigida pelo sistema, com isso gera a estratificação social, com limites muitos claros quantos as possibilidades de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros.

Ao demonstrar a dominação e a imposição de valores, Freire (2008), reflete sobre a relação que as sociedades podem sofrer pela transformação econômica. Por um lado, efetuam-se mudanças para as quais a decisão se situa fora da sociedade; por outro lado a mudança de decisão está no interior da sociedade. Na primeira hipótese a sociedade é simples objeto de outra ou de outros. Na segunda hipótese, a sociedade atua como sujeito, como um ser para si. As “sociedades sujeitos” e “sociedade-objeto”, a sociedade sujeito seria aquela que domina mandatária e a sociedade objeto, aquela que seria dominada, deixada a margem, não refletiva. Segundo Paulo Freire (2005, p.34):

Nestas sociedades se instala uma elite que governa conforme as ordens da sociedade diretriz. Esta elite impõe-se às massas populares. Esta imposição faz com que ela esteja sobre o povo e não com o povo. As elites prescrevem as determinações às massas. Estas massas estão sob o processo histórico. Sua participação na história é indireta. Não deixam marcas como sujeitos, mas como objetos.

Mas, o homem, diz Freire (2013), tem a capacidade de ir além, sendo esta uma das significativas vantagens dos seres humanos em relação às



outras espécies. Isto é, a de terem se tornado capazes de ir além de seus condicionantes. É fundamental o homem assumir o outro como sujeito, na busca do conhecimento, através do diálogo e da interação. Diz Freire (2002, p.28), “O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão”.

Nesse sentido, Paulo Freire (2002) é categórico quando reflete: quanto mais se instrui o homem para a passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tende a adaptar-se ao mundo, à realidade condicionada a visão reducionista. Na medida em que a visão reducionista anula o poder criador dos homens, ou minimiza, estimula sua ingenuidade, tornando-se cada vez mais acrítico. Desta forma, satisfaz aos interesses dos opressores, em que, o fundamental não é a transformação do mundo, pois o seu humanitarismo, e não humanismo, está em preservar a situação, mostrando uma pseudo generosidade, fazendo com que os dominados não reajam e, até instintivamente não busquem qualquer tentativa de um pensar autêntico, crítico. Isso tudo, deixa-os embaraçados pelas visões parciais da realidade.

O ser humano inconcluso

Outra reflexão importante desenvolvida por Paulo Freire é o conceito de inconclusão. O autor enfatiza que a inconclusão está na consciência do homem, de seu inacabamento, essa consciência é que o distingue dos demais seres vivos. É, portanto, condição do ser humano. Nas palavras de Freire (1996, p.64-65):

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. “Não sou esperançoso”, disse certa vez, por pura teimosia, mas por exigência ontológica.

Na inconclusão, na consciência do inacabamento, o homem busca uma condição melhor, na percepção do constante processo de transformação, o



homem busca o seu fazer-se e refazer-se. A condição humana de sujeito histórico é por Freire lembrado seguidamente, a medida que o homem compreende a história e sua historicidade, há possibilidade de ser diferente no amanhã.

O mesmo se dá em relação à deficiência, na concepção freireana de inacabamento, desloca o sentido da incapacidade para o de promoção do ser humano engajado como sujeito histórico, independente de sua condição física, mental ou sensorial. “Ser inacabado” não pode, à lucidez do pensamento de Paulo Freire, ser entendido como “ser deficiente”.

Faz-se necessário reconhecer o homem como sujeito histórico, capaz de inserir-se na realidade histórica de forma crítica, atuando no mundo e com o mundo, de forma a criar e recriar a sua existência. Para Freire (2013) o homem só se conscientiza quando está no mundo e com o mundo, quando toma como sua a responsabilidade de participar e coparticipar com os outros da dinâmica existencial, social e de mundo em que se circunscreve. É nessa situação, que o homem torna-se homem, que atua no cotidiano da história, de forma coletiva. Freire (2001, p.28) argumenta:

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos.

A conscientização é idealizada como um ato de conhecimento, de compreensão e apreensão do mundo, em sua multiplicidade de possibilidades que cerca e acolhe o indivíduo. Pela conscientização, o homem penetra nas causas profundas dos acontecimentos da realidade social, e, por conhecê-las, a tendência é comprometer-se com a realidade, e com mundo que se pretende a construir.

Assim, os oprimidos vão comprometendo-se, com a sua transformação. A realidade, ao ser transformado, passa a ser uma realidade dos homens em processo de permanente libertação, tanto dos oprimidos, quanto dos opressores. Isso acarretará uma ação profunda através da qual, diz Freire (2005a, p.41-42):



[...] se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação, que acontecerá num primeiro momento por meio da mudança da percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos e num segundo momento pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária.

Para Freire (2005a, p. 68), a relação sujeito-sujeito e sujeito-mundo são indissociáveis. Como afirma: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ou seja, é na esfera da ação entre os seres humanos consigo mesmo, entre seres humanos e natureza que se estabelece e se afirma o mundo. Compreender-se no mundo, em sua historicidade significa, nesta perspectiva, reconhecer-se como ser humano partícipe das múltiplas relações possíveis que necessariamente constituem o mundo. Sob tais perspectivas, Freire alcança o epicentro de sua visão educacional ao argumentar que nos educamos mediatizados pelo mundo.

Dessa forma, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação como homens. É uma exigência existencial, é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. É mister que o pensar seja verdadeiro, para que se tenha um diálogo também verdadeiro e crítico, objetivando superar, assim, a contradição que se instaura entre opressor-oprimido. Diz Freire (1996, p.87-88):

Por isso é que, acrescento, quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale, responda. É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador autoritário de comportar-se como proprietário da verdade de que se apossa e do tempo para discorrer sobre ela. Para ele, quem escuta sequer tem tempo próprio, pois o tempo de quem escuta é o seu, o tempo de sua fala. Sua fala, por isso mesmo, se dá num espaço silenciado e não num espaço com ou em silêncio. Ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem, silencioso, não silenciado, fala.

O processo de inclusão exige uma postura crítica de valores, crenças, observados nas práticas educativas e as considerações e reflexões do pensamento de Paulo Freire, permitem afirmar que o educador brasileiro



posicionou-se no ideário da inclusão, uma vez que todo o seu discurso reflete uma postura antidiscriminatória e a favor do reconhecimento e do respeito pela diferença. Homens, mulheres, deficientes, não deficientes, crianças, jovens, adultos, enfim, todos, indistintamente, precisam participar do processo de mudança, do processo de constituição de um mundo que abrigue a vida em sua multiplicidade de formas e possibilidade de expressão.

Apostar em uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária significa estar inserido na luta pela superação da relação entre opressor - oprimido, luta esta que, por uma questão de princípio, todos devem estar comprometidos. Não se trata de algo impossível, mas de uma proposta prática de superação dos aspectos opressores percebidos na realidade. Essa rebeldia é para Paulo Freire (2013) uma atitude necessária para a ruptura com as práticas discriminatórias e segregadoras utilizadas pelos opressores na manutenção do paradigma da exclusão. Nesta direção, se posiciona Freire (1996, p.87-88)

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos indicado por Freire, através do diálogo, na conscientização e na libertação, é desenvolver ações com vistas na potencialização da capacidade dos seres humanos caminharem juntos em um ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, um dos maiores desejos de realização de Paulo Freire, uma realidade em que opressores e oprimidos se façam, de fato, livres dos elos do preconceito, da discriminação e da injustiça. Mais, uma vez Freire (1996, p. 66-67) nos ensina:



O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

Considerações finais

O pensamento e a obra de Paulo Freire se apresentam universais, válidas para todos os povos e, seres humanos que vivem sob condições políticas, sociais, econômicas e culturais que afrontam a dignidade da vida humana. Analisando as perspectivas reflexivas de Freire é possível afirmar que a afirmação da condição de “ser humano”, implica na condição de seres que se apercebem partícipes de um ininterrupto diálogo e, de relações com o mundo, com a natureza, consigo mesmo e, sobretudo, com outros seres humanos. Reconhecer-se como ser humano, implica em reconhecer-se com ser histórico e partícipe dos esforços, das contradições, dos paradoxos, das infinitas possibilidades de contribuir com a constituição de mundo em que o ser humano se encontra lançado e, nesta condição seja considerado em sua condição de ser cujo sentido existencial reside como um fim em si mesmo, e não apenas como meio, como mercadoria, como objeto de consumo por parte do capital.

Tal posicionamento antropológico cujo fundamento ontológico se desdobra em posicionamento ético e político em direção à inclusão dos seres humanos no mundo desdobra-se numa proposta educacional dialógica, democrática e, acima de tudo que aposta integralmente nos seres humanos e,



em sua capacidade de ação em conjunto como forma de potencializar a vida humana em sua diversidade e multiplicidade de possibilidades.

Por fim Paulo Freire, educador brasileiro por excelência, releva com clareza a opção ética e democrática, uma luta por um mundo mais humano, com mais autonomia e respeito às diferenças, seja na escola ou sociedade em geral.

Referências

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Conscientização teoria e prática da libertação**. São Paulo Editora Centauro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

FREIRE, P. **Á sombra desta mangueira**. 7. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005b.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 28. ed. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005c.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 12. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, P. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2001b.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000b.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 1983.



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

SANTOS, B. de S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Coimbra: Oficina do CES, 1999.

SASSAKI, R. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, out. 2005.